

## **Declaração de Escolas Seguras**

O impacto causado por conflitos armados na educação apresenta uma série de urgentes desafios humanitários, de desenvolvimento e sociais. Ao redor do mundo, escolas e universidades vêm sendo bombardeadas, queimadas e danificadas, e crianças, estudantes, professores e acadêmicos assassinados, mutilados, sequestrados ou arbitrariamente detidos. Instalações educacionais têm sido usadas como bases, quartéis ou centros de detenção – entre outros usos – por partes envolvidas em conflito armado. Ações como essas expõem estudantes e funcionários de educação a danos e prejuízos, privam um grande número de crianças e estudantes de seu direito à educação e, conseqüentemente, tiram de comunidades as fundações para a construção de seu futuro. Em muitos países, conflitos armados continuam a destruir não apenas a infraestrutura de escolas, como também as esperanças e ambições de toda uma geração de crianças.

Ataques à educação incluem violência contra instalações educacionais, estudantes e funcionários de educação. Ataques – e ameaças de ataques – podem causar prejuízos severos e duradouros a indivíduos e sociedades. O acesso à educação pode ser minado; o funcionamento de instalações educacionais pode ser interrompido ou funcionários e estudantes podem se afastar, temendo pela própria segurança. Ataques a escolas e universidades têm sido feitos para promover intolerância e exclusão – para maior discriminação de gênero ao se evitar a educação de meninas, por exemplo –, para perpetuar conflitos entre certas comunidades, para restringir a diversidade cultural e para negar a liberdade acadêmica e o direito de associação. Onde instalações educacionais são usadas para fins militares, o risco de recrutamento e uso de crianças por atores armados pode aumentar, assim como as chances de deixar crianças e jovens vulneráveis a abuso sexual ou exploração também sobem. Em particular, a probabilidade de ataques às instituições educacionais pode aumentar.

A educação, por sua vez, pode ajudar na proteção às crianças e jovens da morte, dos ferimentos e da exploração; pode aliviar o impacto psicológico causado pelo conflito armado ao oferecer rotina e estabilidade e pode promover conexões com outros serviços sociais vitais. Uma educação ‘sensível a conflitos’ evita contribuir ao conflito e busca contribuir à paz. Educação é fundamental para o desenvolvimento e para o pleno exercício de liberdades e direitos humanos. Faremos o nosso máximo para garantir que os lugares destinados à educação sejam lugares seguros.

Acolhemos com satisfação iniciativas de Estados individuais para a promoção e proteção ao direito à educação e para a facilitação da continuidade da educação em situações de conflito armado. A continuidade da educação pode fornecer informações capazes de salvar vidas e oferecer conselhos sobre riscos específicos pelos quais passam sociedades em cenário de conflitos armados.

Saudamos o trabalho do Conselho de Segurança das Nações Unidas a respeito de crianças e conflitos armados e reconhecemos a importância dos mecanismos de monitoramento e comunicação para graves violações contra crianças em conflitos armados. Reiteramos a importância das resoluções 1998 (2011) e 2143 (2014) do Conselho de Segurança, que, entre outras decisões, insta todas as partes envolvidas no conflito armado a evitar ações

que possam impedir o acesso de crianças à educação, além de encorajar os Estados-Membros a considerar medidas concretas para dissuadir o uso em contravenção às leis internacionais aplicáveis de escolas por forças armadas e grupos armados não estatais.

Acolhemos o desenvolvimento das *Diretrizes para a Proteção de Escolas e Universidades contra o Uso Militar durante Conflitos Armados*. As *Diretrizes* não são legalmente vinculantes – são diretrizes voluntárias que não afetam as normas internacionais já existentes. Elas se baseiam em boas práticas existentes e visam fornecer orientação que reduzirá o impacto do conflito armado na educação. Agradecemos os esforços na difusão dessas diretrizes e na promoção de sua implementação nas forças armadas, em grupos armados e em outros atores relevantes.

Ressaltamos a importância, em todas as circunstâncias, do completo respeito às normas internacionais aplicáveis, incluindo a necessidade de se cumprir com obrigações relevantes para acabar com a impunidade.

Reconhecendo o direito à educação e o papel da educação na promoção da tolerância, do entendimento e da amizade entre todas as nações; progressivamente determinados a fortalecer, na prática, a proteção de civis em conflitos armados, e de crianças e jovens em particular; comprometidos a trabalhar juntos visando escolas seguras para todos; apoiamos as *Diretrizes para a Proteção de Escolas e Universidades contra o Uso Militar durante Conflitos Armados*, e iremos:

- Usar as *Diretrizes* e levá-las o mais longe e da forma mais apropriada possível a políticas internas e estruturas operacionais;
- Fazer todos os esforços em nível nacional para coletar informação relevante e confiável sobre ataques a instalações educacionais, sobre vítimas de ataques e sobre o uso militar de escolas e universidades durante conflitos armados, incluindo por meio de mecanismos existentes de monitoramento e comunicação; facilitar a coleta desses dados; e oferecer assistência às vítimas de forma não discriminatória;
- Investigar alegações de violações à lei nacional e internacional aplicável e, quando apropriado, processar devidamente os infratores;
- Desenvolver, adotar e promover abordagens 'sensíveis a conflito' à educação em programas humanitários internacionais e de desenvolvimento, e em nível nacional quando relevante;
- Buscar garantir a continuidade da educação durante conflitos armados, apoiar o restabelecimento de instalações educacionais e, quando na posição de fazê-lo, oferecer e facilitar a cooperação e assistência internacional a programas destinados a prevenir ou responder a ataques contra a educação, incluindo para a implementação dessa declaração;
- Apoiar os esforços do Conselho de Segurança das Nações Unidas a respeito de crianças e conflitos armados, assim como o do Representante Especial para Crianças e Conflitos Armados do Secretário-Geral e outros órgãos, agências e entidades relevantes das Nações Unidas; e
- Nos reunir com regularidade, convidando organizações internacionais relevantes e sociedade civil, com o objetivo de revisar a implementação dessa declaração e o uso das diretrizes.